

28%: novidades

1- Secretaria de Orçamento do Ministério do Planejamento agendou reunião para esta terça feira para discutir os atrasados dos 28%
2- Decisão da Justiça sobre 28,86% beneficiará quem está fora da ação do SINTUFRJ. *Página 2*



Resposta à Fasubra

Assembléia às 10h desta segunda-feira decide rumos do movimento

O Ministério de Planejamento apresentou sua resposta à proposta da FASUBRA formalizada por escrito: aceita vincular a gratificação à reestruturação da carreira e elaborar Projeto de Lei da Carreira até o fim do primeiro semestre. Vladimir Nepomuceno, representando o governo, reiteirou a proposta em debate na UFRJ. *Páginas 3, 4 e 8*

Assembléia Geral: hoje, segunda, dia 10, às 10h, no CT

Faculdade de Direito

Reitoria vai recorrer

O diretor da Faculdade de Direito da UFRJ, Armênio Albino da Cruz, que havia sido afastado por ato do reitor Aloísio Teixeira no final de março, foi reconduzido ao cargo na última quarta-feira por força de medida judicial. A Reitoria anunciou que vai recorrer. A decisão da Justiça não paralisa o processo administrativo-disciplinar contra Armênio. Estudantes voltaram a ocupar o gabinete do diretor. *Página 7*



REAÇÃO. Estudantes protestaram contra a recondução do diretor da Faculdade de Direito ao cargo

GT-Educação

O GT-Educação do SINTUFRJ se reunirá nesta quarta-feira, dia 12, às 14 horas, na sala de seminários da Faculdade de Direito. *Página 2*

Na Justiça

Deve sair esta semana a decisão judicial sobre o mandado de segurança impetrado pelo SINTUFRJ para impedir o desconto de 11% sobre as aposentadorias e pensões. *Página 2*

Retrocesso

Dirigente da CUT e coordenador-geral do SINTUFRJ, Agnaldo Fernandes diz que reforma sindical proposta pelo governo é um retrocesso. *Página 5*

Exclusão

A decana do CFCH, Suely de Almeida, disse que “dentro da UFRJ quanto mais alto o cargo, maior é a diferença existente entre o número de homens e mulheres que ocupam os postos”. Para Denise Góes, “devemos construir toda uma política que pague a dívida que a sociedade tem com mulheres e negros”. *Página 6*

APOSENTADOS

Mandado contra desconto

Deve sair esta semana a decisão judicial sobre o mandado de segurança impetrado pelo SINTUFRJ para impedir o desconto de 11% sobre as aposentadorias e pensões. O assessor jurídico do SINTUFRJ, André Viz, espera que a decisão seja favorável aos 8 mil técnicos-administrativos aposentados e pensionistas filiados ao Sindicato.

Vários sindicatos já entraram na Justiça propondo ação semelhante. A Associação Norte-Rio-Grandense dos Auditores Fiscais já conseguiu liminar contra a contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas. A Anfp (Associação Nacional dos Fiscais da Previdência) pretende usar os argumentos dessa liminar para convencer os ministros do Supre-

mo Tribunal Federal a suspender o desconto para os assessores fiscais de todo o país.

A reforma da Previdência aprovada ano passado pelo Congresso determinou que a partir de 20 de maio aposentados e pensionistas teriam um desconto de 11%. Em 1996, quando Fernando Henrique tentou estabelecer essa cobrança por meio de medida provi-

sória, uma ação semelhante proposta pela assessoria jurídica do SINTUFRJ conseguiu que o Supremo Tribunal Federal declarasse a cobrança inconstitucional. Na época os aposentados e pensionistas da UFRJ não sofreram o desconto, pois estavam amparados por liminar conseguida pelo SINTUFRJ.

28%: duas novidades

Uma decisão sobre os 28,86%, beneficiará quem está fora da ação do SINTUFRJ. A juíza da 7ª Vara Federal do Rio de Janeiro, Salette Maccaloz, proferiu sentença em Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal no Rio de Janeiro, na qual o SINTUFRJ ingressou como assistente litisconsorcial desde 1998, beneficiando todos os servidores ativos, aposentados e pensionistas vinculados a União Federal, Autarquias e Fundações no âmbito territorial do Estado do Rio de Janeiro, impondo a seguinte condenação:

1 - PAGAR A INTEGRALIDADE DOS VENCIMENTOS/PROVENTOS/PENSÕES aos servidores públicos (ativos, aposentados e pensionistas), e as diferenças do percentual de 28,86% desde 1º/2/93;

2 - pagar as diferenças apuradas até a implementação do percentual de 28,86%, sujeito à compensação, em liquidação de sentença, se já percebida alguma diferença do referido índice;

3 - pagar as parcelas atrasadas, corrigidas monetariamente, com juros de 1% (um por cento) a partir do trânsito em julgado.

A decisão beneficiará assim os servidores da UFRJ que não participam da(s) ação(ões) coletivas do SINTUFRJ, que não ajuizaram ações individuais com advogados particulares e que não firmaram os acordos administrativos. Beneficia também os pensionistas que não participam da ação coletiva dos pensionistas do SINTUFRJ e que cumpram os requisitos anteriores.

A novidade importante é que a decisão assegura aos servidores o direito incontroverso ao recebimento do passivo de fevereiro de 1993 a junho de 1998, que não poderia mais ser questionado na Justiça, pelos retardatários, em razão da prescrição que fulminou o seu direito.

A Assessoria Jurídica do SINTUFRJ está examinando a decisão, pois não há clareza no comando dispositivo, nos itens 1 a 3, sobre a incidência do reajuste integral, tal qual vem sendo executado na ação coletiva do SINTUFRJ.

A sentença é de primeira instância e somente será encaminhada ao Tribunal se houver recurso voluntário da União e das autarquias e fundações (diga-se AGU), ou das entidades representativas de servidores.

Negociação dos atrasados

“Cadê os atrasados dos 28%?” A faixa preparada pelo Sindicato e levada ao Salão Azul, na Reitoria, acabou provocando um pronunciamento do representante do governo, Vladimir Nepomuceno, sobre o assunto. Segundo Vladimir, a Secretaria de Orçamento e Finanças, do Ministério do Planejamento, agendou para ocorrer nesta terça-feira, dia 11, reunião com representantes do SINTUFRJ e da Reitoria para tratar do assunto. “Vamos analisar as contas e discutir o orçamento para pagamento da dívida com os trabalhadores”, antecipou.

Campeão

A equipe do Pólo Náutico sagrou-se campeã do torneio de Futebol de Salão na última sexta-feira. A atividade fez parte da programação organizada pela Coordenações de Esporte e Lazer e Aposentados em homenagem ao Dia do Trabalhador.



NOTAS

EXCURSÃO

Quem for participar da excursão ao sítio Jonasaki tem até o dia 14 de maio para fazer o pagamento da primeira parcela. Após essa data serão canceladas as vagas que não forem pagas. Esse prazo se deve à necessidade de se fazer o pagamento da reserva do sítio. Já a segunda parcela pode ser paga até o dia 3 de junho. Quem quiser mais informações pode procurar a Coordenação de Aposentados.

SEGURANÇA

O conselho de coordenação do CT irá realizar uma sessão aberta à comunidade nesta segunda-feira, dia 10, para discutir a questão da segurança no campus do Fundão. A vice-reitora Silvia Vargas estará presente à reunião, que ocorrerá às 15 horas no Salão Nobre do CT.

GT-EDUCAÇÃO

O GT-Educação do SINTUFRJ se reunirá nesta quarta-feira, dia 12, às 14 horas, na sala de seminários da Faculdade de Direito. Estão em pauta o balanço das atividades do CONED, o Projeto Universidade para os Trabalhadores e Fórum Mundial de Educação que será realizado de 28 a 31 de julho em Porto Alegre.

DANÇA

De 16 de maio a 5 de junho o Departamento de Arte Corporal da Escola de Educação Física e Desportos estará recebendo um grupo de 20 alunos do curso de dança da universidade Goucher, dos Estados Unidos. Os universitários virão participar de um curso sobre a história e a prática da dança no Brasil. O projeto visa iniciar um intercâmbio de profissionais de dança com a universidade norte-americana.

Governo responde à FASUBRA

Planalto informa que aceita aplicar gratificação como antecipação da carreira

No dia 5 de maio o governo, através do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), apresentou sua resposta à proposta apresentada pelo movimento na Mesa Nacional de Negociação Permanente realizada no dia 20.

1- O governo informou que aceita aplicar a gratificação como antecipação da carreira (veja tabela ao lado);

2- Com relação à carreira: elaborar Projeto de Lei da Carreira, com base no relatório da Comissão Interministerial de 2003 e enviá-lo ao Congresso Nacional até o fim do semestre, visando a implementá-la em 2004.

Esta proposta foi formalizada por escrito à direção da FASUBRA na noite da última sexta-feira. Ela havia sido reafirmada no debate sobre Carreira (promovido pela PR-4 e SINTUFRJ) realizado no Salão Azul da Reitoria na manhã de sexta pelo representante da Secretaria de Recursos Humanos (SRH/MPOG), Vladimir Nepomuceno. Pela proposta, os técnicos-administrativos das IFES receberiam a partir do mês de junho, referente ao salário de maio, as gratificações propostas e no Projeto de Lei a ser enviado em junho ao Congresso Nacional, o Plano de Carreira onde esta gratificação e a já existente no contra-cheque (gratifi-

cação temporária) estariam incorporadas ao vencimento básico.

EM RECIFE

A diretoria da FASUBRA, reunida na noite do dia 5, em Recife, onde participava do 5º CONED (Congresso Nacional de Educação), avaliou como positiva a resposta do governo, mas que a garantia por escrito era fundamental para uma tomada concreta de posição. A reunião foi ampliada e companheiros da base da Federação presentes ao congresso puderam receber os informes, como foi o caso de nossos representantes. A concretização da proposta do governo se constitui em fato novo que deve ser analisado em cada assembleia, assim como nossa avaliação e retorno para a continuidade das negociações. A mobilização deve ser intensificada para que todo o processo de negociação seja o mais positivo possível para nossa categoria. Todos à assembleia, dia 10 de maio, às 10h, no Centro de Tecnologia!

Mais informações nas páginas 4 e 8

Assembleia às 10h de hoje (segunda-feira) no CT para discutir os rumos do movimento



TECNICOS DAS IFE					HIPOTESE C.3- mai/04		
NIVEL SUPERIOR		Posição: dez/03					
CLASSE	PADRÃO	Venc. Básico	GT.	Vant. Pec.	TOTAL	Grat. Ativ. Educacional	
					R\$ 265,00		
					Ind.	Total	% aum.
ESPECIAL	III	1.752,74	87,64	59,87	1.900,25	2.167,15	14,05
	II	1.639,99	82,00	59,87	1.781,86	2.048,64	14,97
	I	1.532,54	76,63	59,87	1.669,04	1.935,71	15,98
C	VI	1.509,80	75,49	59,87	1.645,16	1.911,81	16,21
	V	1.466,15	73,31	59,87	1.599,33	1.865,93	16,67
	IV	1.423,87	71,20	59,87	1.555,04	1.821,60	17,14
	III	1.383,01	69,15	59,87	1.512,03	1.778,54	17,63
	II	1.343,21	67,16	59,87	1.470,24	1.736,71	18,12
B	I	1.304,62	65,23	59,87	1.429,72	1.696,15	18,64
	VI	1.267,11	63,36	59,87	1.390,34	1.656,73	19,16
	V	1.230,73	61,54	59,87	1.352,14	1.618,49	19,70
	IV	1.195,39	59,77	59,87	1.315,03	1.581,35	20,25
	III	1.161,06	58,05	59,87	1.278,98	1.545,26	20,82
A	II	1.127,77	56,39	59,87	1.244,03	1.510,27	21,40
	I	1.095,46	54,77	59,87	1.210,10	1.476,31	22,00
	V	1.064,12	53,21	59,87	1.177,20	1.443,38	22,61
	IV	1.033,59	51,68	59,87	1.145,14	1.411,29	23,24
	III	866,71	43,34	59,87	969,92	1.235,89	27,42
II	841,88	42,09	59,87	943,84	1.209,78	28,18	
I	817,74	40,89	59,87	918,50	1.184,42	28,95	

NIVEL INTERMEDIARIO					Posição: dez/03		
CLASSE	PADRÃO	Venc. Básico	GT.	Vant. Pec.	TOTAL	Grat. Ativ. Educacional	
					R\$ 180,00		
					Ind.	Total	% aum.
ESPECIAL	III	1.053,87	52,68	59,87	1.166,22	1.347,39	15,53
	II	1.009,78	50,49	59,87	1.120,14	1.301,26	16,17
	I	967,8	48,38	59,87	1.075,85	1.256,93	16,83
C	VI	927,24	46,36	59,87	1.033,47	1.214,50	17,52
	V	889,62	44,43	59,87	992,92	1.173,91	18,23
	IV	851,88	42,58	59,87	954,13	1.135,01	18,97
	III	816,29	40,81	59,87	916,97	1.097,89	19,73
	II	782,32	39,12	59,87	881,31	1.062,19	20,52
B	I	749,93	37,50	59,87	847,30	1.028,15	21,34
	VI	718,81	35,94	59,87	814,62	995,43	22,20
	V	689,12	34,46	59,87	783,45	964,23	23,06
	IV	660,66	33,03	59,87	753,56	934,31	23,99
	III	633,38	31,67	59,87	724,92	905,64	24,93
A	II	607,28	30,36	59,87	697,51	878,21	25,91
	I	582,32	29,12	59,87	671,31	851,98	26,91
	V	558,45	27,92	59,87	646,24	826,89	27,95
	IV	546,32	27,32	59,87	633,51	814,14	28,51
	III	539,23	26,96	59,87	626,06	806,69	28,85
II	533,8	26,89	59,87	620,36	800,98	29,12	
I	528,36	26,42	59,87	614,65	795,26	29,38	

NIVEL AUXILIAR					Posição: dez/03		
CLASSE	PADRÃO	Venc. Básico	GT.	Vant. Pec.	TOTAL	Grat. Ativ. Educacional	
					R\$ 130,00		
					Ind.	Total	% aum.
ESPECIAL	III	592,69	29,63	59,87	682,19	812,87	19,16
	II	564,51	28,23	59,87	652,61	783,26	20,02
	I	553,93	27,70	59,87	641,50	772,14	23,37
C	VI	545,21	27,26	59,87	632,34	762,97	20,66
	V	542,22	27,11	59,87	629,20	759,83	20,76
	IV	539,23	26,96	59,87	626,06	756,69	20,86
	III	536,24	26,81	59,87	622,92	753,54	20,97
	II	533,25	26,66	59,87	619,78	750,4	21,08
B	I	530,26	26,51	59,87	616,64	747,26	21,18
	VI	527,27	26,36	59,87	613,50	744,11	21,29
	V	524,28	26,21	59,87	610,36	740,97	21,40
	IV	521,29	26,06	59,87	607,22	737,83	21,51
	III	518,30	25,92	59,87	604,09	734,69	21,62
A	II	515,31	25,77	59,87	600,95	731,55	21,73
	I	512,32	25,62	59,87	597,81	728,41	21,85
	V	509,33	25,47	59,87	594,67	725,26	21,96
	IV	506,34	25,32	59,87	591,53	722,12	22,08
	III	503,35	25,17	59,87	588,39	718,98	22,19
II	500,36	25,02	59,87	585,25	715,84	22,31	
I	497,37	24,87	59,87	582,11	712,69	22,43	

Assessor do MPOG reitera na UFRJ proposta de transformar a gratificação em antecipação de carreira

Governo reafirma proposta

O coordenador de Projetos Especiais da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Vladimir Nepomuceno, anunciou no debate com os trabalhadores da UFRJ, na sexta-feira, que o governo enviaria naquele mesmo dia à coordenação da FASUBRA proposta de incorporar as gratificações do acordo de 2003 (R\$ 59,00) e as de agora (R\$ 130, R\$ 180 e R\$ 265) aos salários da categoria como antecipação de carreira. Também garantiu que ainda este ano o governo pretende iniciar a implantação do plano de carreira, mas avisou que nem todo o projeto elaborado pela Federação poderá ser aproveitado, porque algumas reivindicações estariam em conflito com a Constituição Federal.

Vladimir, que com a coordenadora de Legislação e Norma, Cynthia Beltrão, substituiu no debate o secretário de Recursos Humanos, Sérgio Mendonça, na quarta-feira, dia 5, se reuniu com os representantes da FASUBRA, no Ministério do Planejamento, para discutir a proposta do governo. Ele disse que o custo desta incorporação será de R\$ 230 milhões por ano, e que, por isso, provavelmente será feita de forma parcelada. Para que a discussão sobre carreira chegue ao Congresso Nacional ainda este semestre, Vladimir informou que vai ultimar com a Federação a elaboração de projeto de lei com a proposta da categoria.

COBRANÇAS – Os trabalhadores presentes ao debate não pouparam os representantes do governo. A volta do anuênio, a instituição da aposentadoria especial, o plano médico, solução para os NES foram algumas das perguntas repetidas mais de uma vez. Mas o plano de carreira e os 28% foram os assuntos mais recorrentes. So-

bre o anuênio, que foi extinto em 1996 por FHC, Nepomuceno explicou que a vantagem poderá voltar para os servidores com a reestruturação do plano de carreiras. Com relação à situação dos funcionários da UFRJ de natureza especial (NES), a coordenadora de Legislação e Norma da Secretaria de Recursos Humanos, Cynthia Beltrão, disse que o problema está entre as prioridades do governo para ser resolvido. Na Secretaria de Recursos Humanos ela é a responsável por cuidar deste assunto e informou que está juntando os documentos existentes para ir ao Ministério da Educação buscar uma solução. Nepomuceno prometeu que a discussão sobre a aposentadoria especial será levada à Mesa Nacional de Negociação Permanente.

“Vamos implementar porque a Constituição permite, mas falta regulamentação. O governo tem compreensão dos direitos dos servidores, mas temos que definir se a aposentadoria será concedida pelo exercício profissional ou pela exposição do trabalhador ao perigo. Todos têm que estar preparados para enfrentar o debate no Congresso Nacional, que não será fácil”, alertou Nepomuceno. A respeito de plano de saúde, defendeu que as universidades tenham orçamento para poder realizar convênio com planos de saúde sem fins lucrativos, como é o caso do GEAP (Grupo Executivo de Assistência Patronal), criado em 1945 e que há 14 anos é uma Fundação de Seguridade Social. O custo do plano seria dividido entre a UFRJ e o trabalhador, sendo que a maior parte seria paga pela universidade.

“20 anos de espera”

O ex-dirigente da FASUBRA, Carlos Maldonado, lembrou aos representantes do governo que há 20 anos a categoria espera pela implantação do plano de carreira. “Esta luta foi iniciada em 1984, durante uma greve de mais de 80 dias.” Segundo Maldonado, o plano de carreira conquistado em 1987, depois de três paralisações históricas, foi uma grande conquista da categoria, embora tenha tido vida curta, pois em 1988, a nova Constituição proibiu a ascensão funcional dentro do serviço público.

Para o ex-dirigente, se o governo concorda com o conteúdo e a lógica do plano de carreira da FASUBRA, para implantá-lo basta apenas fazer uma adaptação para aprovação do Supremo Tribunal Federal. “É puro preconceito jurídico”, frisou. Acrescentando “que não existe impedimento constitucional algum para termos de volta a carreira, que também faz correções salariais”.

“Muitas distorções”

O coordenador do SINTUFRJ, Agnaldo Fernandes, listou as distorções de carreira dos servidores da UFRJ e cobrou do governo uma política salarial que reponha os 127% de perdas acumuladas desde 1995. “A FASUBRA quer correção das distorções, reajuste salarial e incorporação das gratificações”, frisou. Já a coordenadora do SINTUFRJ, Ana Maria Ribeiro, reconheceu que neste governo o diálogo com as entidades é uma boa novidade, mas frisou: “Estamos cansados dessas comissões”, referindo-se às comissões temáticas criadas pelo Ministério do Planejamento para estudar as reivindicações dos trabalhadores da base da Federação.



SEMANA DO TRABALHADOR. Durante três dias vários debates foram organizados na UFRJ pela PR-4 e pelo SINTUFRJ. Em uma das mesas importantes, o representante do Ministério do Planejamento, Vladimir Nepomuceno, falou em nome do governo. Abaixo, a mesa composta por Cynthia Beltrão, Vladimir, Roberto Gambini e Carlos Maldonado



Reforma em debate

Agnaldo diz que reforma sindical vai impor retrocesso na estrutura sindical

A reforma sindical proposta pelo governo vai impor retrocessos nas relações entre patrões e empregados no país. Pelo menos esta é a avaliação do dirigente nacional da CUT e coordenador-geral do SINTUFRJ, Agnaldo Fernandes. Uma das características da reforma, segundo Agnaldo Fernandes, é que ela tira a força das bases e privilegia o papel das cúpulas sindicais. Agnaldo participou do debate "Reforma Sindical do Governo Lula", que fez parte da Semana do Trabalhador. O pró-reitor de Pessoal, Luis Afonso Mariz, e o Superintendente de Pessoal, Roberto Gambini, integraram a mesa.

Outra preocupação manifestada por Agnaldo Fernandes é relacionada aos aspectos da proposta que atribui ao Estado o poder de interferir nas relações entre empregados e patrões, como, por exemplo, na regulamentação do direito de greve. O dirigente do SINTUFRJ criticou ainda o mecanismo que irá atingir o bolso da maioria dos trabalhadores com a substituição do imposto sindical obrigatório por outro tipo de desconto que poderá chegar até 13%. Hoje o imposto sindical corresponde a 3,3% do salário de um mês do trabalhador.

Foto: Niko Júnior



AGNALDO: "reforma aprofunda projeto neoliberal"

A proposta de reforma sindical que será encaminhada pelo governo ao Congresso foi costurada no Fórum Nacional do Trabalho (FNT), com a participação de representantes do governo, dos empresários e das centrais sindicais. Mas existem muitas divergências no interior do movimento. Com o documento elaborado pelo FNT nas mãos, o coordenador-geral do SINTUFRJ definiu a proposta como "cupulista". Segundo Agnaldo, pela proposta as centrais sindicais ganham força em relação às assembleias de base. Não só as centrais, como as instâncias superiores. Ele exemplificou: "Hoje, por exemplo, quem decide sobre entrar em greve na nossa categoria são as assembleias de base. Pela proposta do governo, o mecanismo de decisão se inverte e a base se enfraquece".

Outro ponto destacado por Agnaldo é que o texto do FNT determina regras que obrigam os trabalhadores a negociar. "Se uma categoria considerar um ponto inegociável, o governo pode eleger outro interlocutor e ponto final." Outro ponto inaceitável no texto é o atrelamento do movimento sindical ao Estado. Ele lembra que nos anos 80, uma das principais bandeiras



de luta da CUT era justamente o desatrelamento do Estado. "Agora, se esta reforma passar, caberá ao Executivo definir os estatutos das entidades." Nesta mesma linha a proposta informa que caberá ao governo regulamentar o direito de greve. "A proposta relaciona uma série de atividades essenciais nas quais os

trabalhadores do setor não poderão fazer greve. Inclui como atividade essencial, por exemplo, a compensação bancária, que não é serviço essencial, um absurdo." Agnaldo observa ainda que a proposta acatada pelo governo é cruel com o bolso dos trabalhadores, cria o Fundo Solidário administrado pelo

governo. "Ou seja: 5% arrecadado pelas entidades serão administrados pelo governo", afirma. O coordenador do SINTUFRJ disse que a reforma sindical proposta pelo governo está dentro de uma perspectiva mais ampla, "do aprofundamento do modelo neoliberal conduzido pelo governo Lula".

Adequação à política econômica

A dirigente da CUT-Nacional, Lúcia Reis, que defende a proposta elaborada pelo Fórum Nacional do Trabalho, não pôde comparecer ao debate porque estava em Brasília na negociação dos servidores com o governo. Parte do seu tempo foi ocupado pelo superintendente de Pessoal, Roberto Gambini. Na opinião de Gambini, a reforma sindical proposta pelo governo vem para adequar a estrutura sindical à lógica da política econômica. Ele chamou atenção para a necessidade

de o conjunto dos servidores ficarem atentos a este debate porque "ele tem relação com o futuro dos servidores públicos. O que se decidir vai afetar a nossa vida". Gambini criticou a substituição do imposto sindical por outra contribuição. "As forças combativas sempre foram contra o imposto sindical, responsável por manter entidades cartoriais. As entidades têm que convencer politicamente seus representados a contribuir e fortalecerem a luta. O sindicato só pode existir se for representativo." Gambini usou a dura ne-

gociação dos servidores com o governo neste momento de campanha salarial e disse que os servidores precisam é de uma carreira com autonomia de gestão, capacitação profissional, que realmente abra perspectivas para os trabalhadores. A mesa dos debates foi conduzida pelo pró-reitor Luiz Afonso Mariz, que lamentou a postura do ministro do Planejamento, Guido Mantega, que ameaçou os servidores de não conceder reajuste algum para quem entrar em greve. "É inacreditável ouvir isto de um ministro do PT."

Discriminação no trabalho

Decana e dirigente sindical apontam exclusão de mulheres e negros na UFRJ

Fotos: Niko Júnior

A decana do CFCH, Suely de Almeida, disse que “dentro da UFRJ quanto mais alto o cargo, maior é a diferença existente entre o número de homens e mulheres que ocupam os postos”. A decana exemplificou com números: dentre todos os professores titulares da UFRJ apenas 62 são mulheres, enquanto 230 são homens. “Infelizmente hoje a discussão de políticas afirmativas caiu na questão das cotas. Porém, as cotas são

apenas uma ação. Deve-se construir toda uma política que pague a dívida que a sociedade tem com mulheres e negros”, completou Denise Góes, coordenadora-geral do SINTUFRJ. Suely e Denise participaram do debate “Discriminação no mundo do trabalho”, dentro da programação da Semana do Trabalhador.

A exclusão de mulheres e negros não acontece só no setor privado, mas também na própria UFRJ, segundo a decana e a dirigente sindical. “Os cursos que têm mais mulheres são os que estão vinculados ao que se designou como o papel tradicional da mulher na sociedade, como enfermagem, nutrição, letras”, informou Suely. Na UFRJ, o Centro de Letras e Artes (CLA) é o único que tem mais professores titulares mulheres (58%) que homens (41%). Em outros centros, como o CCJE, CCMN e CT, o número de professores titulares homens é muito superior ao de mulheres. No CT,



EM NOME DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS. Denise, Gambini e Suely no debate

por exemplo, 95,8% dos professores titulares são homens.

Esses dados confirmam a discriminação das mulheres. Entretanto, como falta uma pesquisa sobre o número de negros dentro da universidade, não se pode confirmar teoricamente o que se vê na prá-

tica, o número ínfimo de negros ocupando altos cargos da UFRJ, observou Denise Góes. “É importantíssimo que se tenha os números da comunidade negra da UFRJ para que possamos discutir políticas que visem à igualdade. O censo que o SINTUFRJ irá promover tem como objetivo,

justamente, dar visibilidade aos negros e cobrar políticas da Reitoria”, disse.

O debate também abordou a discriminação contra idosos. Segundo Simone Silva, presente ao debate, a União promove esse tipo de discriminação quando tira a paridade dos servidores.



DECANA. Poucas mulheres em chefias

As conquistas no CEPG

A participação dos funcionários técnico-administrativos (TAs) nas instâncias deliberativas da universidade tem ganhado corpo. Um exemplo é a atuação dos representantes dos TAs – Giovanni Zebende, assistente em administração do Nutes, e Claudia Motta, analista de sistemas do NCE –, no Conselho de Ensino Para Graduados (CEPG). Desde que assumiram, no final de maio de 2003, eles têm conseguido aprovar questões do interesse da categoria apresentando propostas e participando ativamente das Câmaras permanentes e Comissões do Colegiado. No momento eles trabalham na análise para implantação dos cursos *lato*

sensu no sistema Siga (Sistema Integrado de Gerenciamento Acadêmico).

“Depois que conseguimos o espaço no CEPG, estamos conseguindo sensibilizar os conselheiros e a receptividade é muito boa. A presença dos técnicos nas comissões tem agilizado muita coisa”, afirma Claudia. Giovanni destaca a importância da participação dos funcionários nas discussões acadêmicas, mas levanta a necessidade de uma política interna de incentivo à qualificação do funcionário. “A universidade tem tantos cursos de especialização e pós-graduação, e ao invés de existir uma política da instituição que possibilite a ca-

pacitação do funcionário, a questão fica à mercê das coordenações das unidades e da boa vontade das chefias”, questiona.

RESULTADOS – Dois meses após terem assumido, os representantes dos funcionários conseguiram que os trabalhos orientados por técnicos-administrativos – com mestrado ou doutorado – pudessem participar da Jornada de Iniciação Científica. Foi um primeiro passo para o reconhecimento dos funcionários que são pesquisadores na universidade. Outra conquista foi a concorrência às bolsas do Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC) pelos técnicos-admini-

nistrativos que possuem projetos de pesquisa, docentes aposentados da UFRJ e bolsistas PROFIX E PRODOC. O CEPG aprovou a proposta na sessão de 2 de abril deste ano. Em decorrência do PIBIC o Sistema Sigma teve de ser alterado para permitir o cadastramento de projetos de pesquisa sob a responsabilidade dos técnicos-administrativos.

“Esta experiência tem sido um aprendizado no sentido de conhecer melhor a universidade. Vemos que os problemas não são locais, eles aparecem em toda a UFRJ, e assim podemos ter uma visão mais geral. Os horizontes se abrem e você conhece novas

pessoas”, diz Claudia, que participa pela primeira vez do colegiado. Giovanni, que já foi assessor de Câmara do CEPG, completa afirmando que como representante dos técnicos-administrativos a dimensão da responsabilidade aumenta. “Hoje nós podemos questionar e propor com uma ênfase maior, participando efetivamente do debate.”

INSCRIÇÃO – As solicitações para o PIBIC foram prorrogadas até as 17h desta segunda-feira, 10 de maio, devido a alteração do Sigma. Basta ter o projeto cadastrado para fazer a solicitação e os demais documentos poderão ser encaminhados até o dia 14 de maio.

Reitoria irá recorrer

Decisão da Justiça não interrompe processo disciplinar contra Armênio Albino da Cruz

O diretor da Faculdade de Direito da UFRJ, Armênio Albino da Cruz, que havia sido afastado do posto por ato do reitor Aloísio Teixeira no final de março, foi reconduzido ao cargo na última quarta-feira por força de medida judicial. O desembargador Paulo Espírito Santo, do Tribunal Regional Federal, concedeu liminar em agravo de instrumento impetrado pelo diretor. Até sexta-feira, a Reitoria ainda não tinha definido o caminho jurídico para recorrer da decisão, mas informou que irá recorrer. O chefe de gabinete do reitor Aloísio Teixeira, João Eduardo, disse que a decisão da Justiça que reconduziu Armênio não interrompe o processo administrativo-disciplinar a que está sendo submetido o diretor da Faculdade de Direito.

Este processo está sendo conduzido pela comissão formada pelos professores José Roberto Lapa (Faculdade de Medicina); Aquilino Senra Martinez (titular da Coppe); e o professor - adjunto Milton Roeídel Salles, do Instituto de Química. A comis-

são tem mais 30 dias para apurar eventuais irregularidades denunciadas contra a direção da Faculdade de Direito. Ao serem informados da decisão da Justiça, os estudantes da Faculdade de Direito chegaram a ocupar o gabinete do diretor. Para esta quarta-feira está prevista uma manifestação em frente do prédio do Tribunal Regional Federal, no Centro da cidade.

ALCINO FAZ BALANÇO - Durante um mês em que ficou à frente da Faculdade de Direito, o decano do CCJE (Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas), Alcino Câmara Ferreira, iniciou um processo de saneamento administrativo da unidade. Na semana passada, ainda sob a repercussão da decisão da Justiça que reconduziu Armênio Albino Cruz à direção da Faculdade, Alcino voltou a relacionar algumas dessas providências. Ele disse que trinta alunos haviam conseguido se formar - inclusive Artur Crispin, um dos que denunciaram os desmandos de Armênio - e que a faculdade Nacional de Direito já respira

novos ares. Alcino previu para os próximos dias que mais 50 estudantes também colariam grau. Também informou que as oito turmas que continuavam sem aulas por falta de professores voltariam às suas atividades, e que a normalida-

de institucional estaria, aos poucos, voltando. O diretor em exercício disse que estava organizando "para as próximas semanas" o início do processo de eleição de chefes de departamentos, do coordenador de curso e de vários represen-

tantes para diversos cargos, inclusive para a Congregação, que há mais de seis anos não elege novos membros. Alcino considerou, no entanto, que a democracia só iria retornar plenamente à faculdade com a eleição do novo diretor.



PROTESTO. Estudantes voltaram a ocupar gabinete da direção da Faculdade de Direito

Afastamento em março

O afastamento de Armênio ocorreu na sexta-feira, 26 de março, determinado pelo reitor, provocado pela ocupação do gabinete do diretor pelos estudantes, que também se mobilizaram e ocuparam o plenário da sessão do Conselho Universitário. Armênio foi afastado pela portaria que também criou uma comissão para tocar o processo disciplinar contra Armênio. Na ocasião, Alcino Câmara foi indicado para assumir extraordinariamente a direção da faculdade. Pela portaria, Alcino ficaria pelo menos 60 dias na função, mas o processo foi interrompido por decisão da Justiça.

Os problemas na Faculdade de Direito ganharam visibilidade em outubro de 2003, quando foi criada uma Comissão de Sindicância pelo reitor Aloísio Teixeira para examinar as ações da direção da faculdade. O objetivo era apurar a denúncia de sumiço de notas do aluno Artur Henrique Crispin Nascimento, que o impedia de se formar. Crispin apresentou documentos que comprovavam a alteração de suas notas. Foram verificadas alterações na nota da disciplina Direito Penal e o sumiço do histórico de disciplinas de estágio. No ano de 2000 o estudante cursou Direito Penal e obteve

grau dez, de acordo com o professor responsável pela disciplina, Antônio Vicente; entretanto, no histórico constou por dois anos o grau zero.

No curso da sindicância estudantes questionaram a composição das bancas que examinam as monografias e ainda levantaram suspeitas sobre a composição das bancas que examinam as monografias de fim de curso. Os professores seriam escolhidos sem seguir um critério definido, ocorrendo,

muitas vezes, diferença entre o tema da monografia e a especialidade do professor.

Outro ponto levantado pela Comissão de Sindicância tinha relação ao mandado de segurança impetrado por Salete Maccalóz contestando o resultado da Prova de Títulos para o cargo de professor assistente realizada no ano de 1994. Em 1996 a Justiça anulou a Prova de Títulos, decisão que foi mantida em outras instân-

cias. Em 1999 os autos foram concluídos, e em virtude do descumprimento da decisão, no ano de 2000, o juiz fixou o pagamento de multa de mil reais por dia de atraso no cumprimento da sentença. O montante da dívida já está em R\$ 700 mil. Essa multa gera lesão aos cofres públicos, o que caracteriza improbidade administrativa, já que é fruto de uma ação de um funcionário público que descumpriu uma ação judicial.

Educação não é mercadoria!

O 5º Congresso Nacional de Educação (CONED), realizou-se de 2 a 5 de maio, em Recife, com 2.642 participantes, representantes de entidades acadêmicas, científicas, estudantis, profissionais, sindicais e de movimentos sociais, que se articulam por meio do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. Com o tema “Educação, Democracia e Qualidade Social” e ênfase no tema específico Educação não é mercadoria!

O temário foi estruturado em quatro eixos (Organização e Avaliação da Educação Nacional; Gestão Democrática da Educação Nacional; Financiamento da Educação Nacional; e Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação) com 38 mesas de debates. A FASUBRA esteve presente em 10 mesas apresentando e defendendo o Projeto Universidade Cidadã para os Trabalhadores. A coordenadora de Educação da FASUBRA, e diretora do SINTUFRJ, Neuz Luzia, representou a enti-



CONED. Profissionais de educação participam de mesa de debates no encontro de Recife

dade na mesa “Instrumentos e Mecanismos de Gestão Democrática e Controle da Educação”, em que defendeu a paridade nos órgãos colegiados e o respeito aos técnicos-administrativos como sujeitos da vida institucional. A coordenadora-geral do SINTUFRJ, e membro do GT-Educação da FASUBRA, Ana Maria Ribeiro, participou da

mesa “Concepção e Organização do Ensino Superior” e defendeu a estrutura proposta no projeto da Federação de Universidade Pública Autônoma e o fim das Fundações. A representação do SINTUFRJ ao Congresso se dividiu para poder acompanhar as mesas, e estará na próxima reunião do GT-Educação – SINTUFRJ (dia 12/5, às 14h,

Faculdade Direito) apresentando seu relato. Participaram do Congresso: Vera Barradas (IPPUR), Nilce (Nutes), Francisco de Assis (Biologia), Débora (aposentada) e Márcia (COPPE).

O Congresso aprovou na Plenária Final uma Agenda Política, um Plano de Lutas e a “Carta do 5º Congresso Nacional de Educação”, em que

reafirma a posição em defesa da escola pública e gratuita com qualidade social. Leia trechos da Carta:

“ (...) Entregar ao livre-comércio a educação brasileira – e o trabalho e os demais direitos daqueles(as) que nela atuam – se inscreve num processo de redução continuada e de cortes drásticos no financiamento público e de privatização globalizada das áreas sociais.(...)”

(...) os participantes do 5º CONED reafirmam os compromissos assumidos pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública,(...) exigem que os governos federal, estaduais e municipais não subscrevam a inclusão da educação e da pesquisa no Acordo Geral sobre Comércio de Serviços(GATS), da OMC.(...)”

(...) E conclamamos a população brasileira a conosco ampliar a luta e concretizar o nosso tema: EDUCAÇÃO NÃO É MERCADORIA!”

...CONTINUAÇÃO DA PÁGINA 3...

Proposta da Federação

Proposta da FASUBRA apresentada pelo movimento na Mesa Nacional de Negociação Permanente (aprovada na Plenária da Fasubra realizada nos dias 16 e 17 de abril):

- a) O montante apresentado pelo governo é insuficiente para o debate sobre a recomposição das perdas salariais.
- b) Os índices resultantes da proposta do governo não atendem às expectativas da nossa categoria.
- c) A lógica apresentada pelo governo de criação de uma nova gratificação vai de encontro às nossas delibera-

ções contidas na pauta específica.

d) Exigimos do governo que a sua política salarial para a nossa categoria parta do pressuposto de uma carreira para os Técnicos-Administrativos das IFES, com base no P.C.U.

e) Concordamos com a lógica apresentada pelo governo de diminuir a distância entre o menor e o maior salário pago no serviço público federal.

f) Que os recursos apresentados pelo governo na mesa (na proposta de gratificação), sejam disponibiliza-

dos a título de antecipação da Carreira.

g) Que seja definido um cronograma de discussão; envio do Projeto de Lei da Carreira ao Congresso Nacional (em regime de urgência, urgentíssima) e de implantação da Carreira.

h) Reafirmamos a posição contrária à forma de gratificação produtivista que introduz a lógica de mercado no serviço público e diferenciação entre ativos e aposentados, mesmo não sendo apresentada pelo governo neste momento para os técnicos das IFES.

Mesa Nacional de Negociação Permanente

A Mesa Nacional esteve reunida no dia 5/05 à tarde. Pelo governo, coordenando a mesa, o Secretário de Recursos Humanos, Sérgio Mendonça, informou que a reunião era para apresentar a decisão do Governo pois o calendário de Greve está posto. O governo decidiu que o funcionalismo público federal tem até o dia 21/05, para aceitar a proposta já apresentada de gratificações. Caso contrário, o governo se reserva o direito de manter ou não a proposta, de acordo com o informativo da FASUBRA. O governo informou também que aceitou a proposta da FASUBRA.

Para a Coordenação da Bancada Sindical, o governo reiterou sua proposta anterior não apresentando nada de novo, mantendo com esta política a quebra da paridade entre aposentados e ativos das demais categorias, não apresentando uma política salarial de fato. A Fasubra não enviou mais informações sobre o nível de mobilização das diversas categorias, o que deverá estar sendo informado na assembléia geral do dia 10/05.